



DIÁRIO

da Assembleia da República

XIV LEGISLATURA

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2021-2022)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 27 DE OUTUBRO DE 2021

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Maria da Luz Gameiro Beja Ferreira Rosinha](#)
[Helga Alexandra Freire Correia](#)
[Nelson Ricardo Esteves Peralta](#)
[Ana Cristina Cardoso Dias Mesquita](#)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 21 minutos.

Conclui-se o debate, na generalidade, da Proposta de Lei n.º [116/XIV/3.ª](#) (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2022. Usaram da palavra, a diverso título, além dos Ministros de Estado e das Finanças ([João Leão](#)), da Saúde ([Marta Temido](#)) e de Estado, da Economia e da Transição Digital

([Pedro Siza Vieira](#)), os Deputados [Duarte Pacheco](#) (PSD), [Filipe Neto Brandão](#) (PS), [Mariana Mortágua](#) (BE), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Duarte Alves](#) (PCP), [Nelson Silva](#) (PAN), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Jorge Paulo Oliveira](#) (PSD), [Alexandra Tavares de Moura](#) (PS), [Alma Rivera](#) (PCP), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Alberto Fonseca](#) (PSD), [Bebiana Cunha](#) (PAN), [André Ventura](#) (CH), [Pedro Filipe Soares](#) (BE),

para amanhã e olhando para as lições do passado, é a de que o Partido Social Democrata cá estará, disponível,...

Risos do PS.

... como sempre, para reerguer Portugal e dar esperança aos portugueses.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção pelo Grupo Parlamentar do PS, tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, no final deste debate ainda havia uma réstia de esperança de que o Deputado Adão Silva, do PSD, trouxesse uma ideia, uma proposta para o País, uma alternativa a este Orçamento, mas trouxe «zero»!

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

Aliás, esta é também uma boa hora, é uma boa altura, para lembrar o que foi o discurso do PSD há um ano.

Continuação de protestos do PSD e contraprotestos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, peço a todos que, durante mais um minuto e meio, antes das declarações finais, mantenham a calma que tivemos durante estes dois dias.

Faça favor de continuar, Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, dizia que esta é uma boa hora e uma boa altura para recordar que o PSD apostou no falhanço total do Orçamento do Estado para 2021 quando o Dr. Rui Rio profetizou um Orçamento retificativo, que não se concretizou; quando profetizou o fracasso do Serviço Nacional de Saúde, dizendo que este não seria capaz de responder à pandemia, mas falhou;...

Aplausos do PS.

... quando profetizou que a subida do salário mínimo nacional iria aumentar o desemprego, e falhou; quando profetizou que o Orçamento do Estado para 2021 não iria aumentar o investimento público, e falhou, porque o investimento público tem aumentado acima das previsões do Governo.

Aplausos do PS.

Protestos de PSD.

Esse PSD falhou ao País e falhou nas suas previsões, Dr. Rui Rio, porque foi exatamente o Orçamento do Estado para 2021 que conseguiu mobilizar as medidas para proteger o emprego, para proteger os rendimentos, para apoiar as empresas, para que Portugal retomasse a trajetória da recuperação económica. Por isso é que a nossa economia é das que mais cresce, nesta altura, na Europa...

Aplausos do PS.

... e por isso é que a nossa população ativa é em número superior à que tínhamos antes da pandemia.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, estamos a minutos da votação do Orçamento do Estado e este é um Orçamento de esquerda,...

Vozes do PSD: — É, é!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — ... com avanços significativos nas áreas que uniram sempre o Bloco de Esquerda, o PCP, o PEV e o Partido Socialista.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Muito bem!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Áreas como a valorização salarial, o alívio fiscal para as classes médias e para os rendimentos mais baixos, o maior aumento de sempre do abono de família, o maior aumento do salário mínimo nacional.

São áreas que sempre nos uniram, mas a reprovação do Orçamento do Estado significará que todas estas medidas cairão e não avançarão, o que é uma péssima notícia para as famílias, uma péssima notícia para as empresas, uma péssima notícia para a economia e, sobretudo, uma péssima notícia para o País.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente:** — Sr.^{as} e Srs. Deputados, chegámos ao fim do primeiro ponto da ordem do dia, relativo ao debate, na generalidade, da proposta de lei do Orçamento do Estado para 2022, pelo que vamos passar ao ponto seguinte, que consta da fase de encerramento deste mesmo debate.

Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado João Cotrim de Figueiredo, do Iniciativa Liberal.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Chega ao fim este debate do Orçamento do Estado na generalidade, um Orçamento que, daqui a poucas horas, será chumbado, abrindo caminho a novas eleições.

O Iniciativa Liberal quer dirigir esta sua intervenção àqueles portugueses que possam encarar este momento com apreensão. A esses portugueses, queremos dizer, com confiança e clareza, que não devem recear o facto de irem ter uma oportunidade de decidir o caminho político que querem seguir de agora em diante. A bem do País, tem de ser dito que é possível um caminho melhor.

A esses portugueses, queremos dizer que chegámos aqui porque a geringonça se esgotou nas suas próprias contradições. Esta, Sr. Primeiro-Ministro, não é só uma frustração sua, é mesmo uma derrota sua, que, em 2015, achou que poderia governar eternamente com a extrema-esquerda sem que esta viesse a exigir, mais tarde ou mais cedo, o inaceitável.

Chegámos aqui, também, porque, mesmo com os parceiros da extrema-esquerda, a quem fazia juras de amor, o Governo do PS incumpriu aquilo que prometia. E chegámos aqui porque o Governo do PS apresentou um mau Orçamento, o mais à esquerda de sempre, e logo aceitou torná-lo ainda pior. Mas nem aceitando torná-lo ainda pior, num péssimo Orçamento ainda mais à esquerda, conseguiu fazê-lo passar.

Já assistimos ao espetáculo deprimente do passa-culpas entre os desavindos da geringonça, tentando sacudir a responsabilidade pelo estado a que chegámos. Os portugueses não se deixarão enganar por esta manobra de desresponsabilização. É a esquerda, toda ela, que é responsável por esta situação.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — A esses tais portugueses, queremos dizer que as eleições que terão lugar serão também uma oportunidade de penalizar quem assim se comporta, serão uma oportunidade de escolher um novo rumo para o País, e de escolhê-lo já.

Portugal não pode continuar estagnado e sem crescer, não pode estar refém de comunistas, bloquistas ou outros extremistas, não pode continuar a alimentar este modelo socialista de dependência do Estado. Portugal não pode obrigar os seus melhores jovens a emigrar em busca de uma vida.

Portugal tem de mudar de rumo, tem de mudar de *chip*, tem de mudar de *app*. Portugal tem de desinstalar o socialismo e instalar mais liberalismo, porque mais do que um *upgrade*, é uma verdadeira transformação aquilo que o Iniciativa Liberal representa. Isto para construir um País em que o poder saia do Estado e seja devolvido às pessoas, para que estas sejam cada vez mais livres de decidir o que querem fazer com a sua vida, com o seu tempo e com o seu dinheiro, seja no trabalho, na política ou na vida privada, para que os seus anseios dependam apenas da sua vontade, do seu esforço e do seu mérito.

É essa a escolha que o Iniciativa Liberal representa, é essa a escolha que os portugueses terão livremente de fazer, sabendo que têm no Iniciativa Liberal a chave da solução, a chave para desinstalar o socialismo, a chave para que os portugueses tenham mais liberdade e mais oportunidades, a chave para um futuro mais liberal.

O Sr. **Presidente**: — Pelo Chega, tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este era o Orçamento da convergência socialista. E é! Porque, desde 2004, os 10 países de leste que aderiram à União Europeia ultrapassaram-nos no PIB e na economia. Era este Orçamento que o maior Governo da Europa tinha para dar a Portugal.

O poder de compra dos portugueses é, hoje, pior do que há 11 anos e qualquer *Polígrafo* pode ir amanhã confirmar que isto é verdade: é, hoje, pior, com este Governo, do que era há 11 anos, em Portugal. Esta grande maioria de esquerda deu-nos o maior empobrecimento que alguma vez Portugal tinha visto nos últimos anos.

Mas é também muito curioso que o tal Orçamento à esquerda não utilize uma única vez a palavra «professor» no seu documento. Não há um único estímulo à paixão da educação que este Primeiro-Ministro tanto tinha e dizia ter.

Protestos de Deputados do PS.

O Orçamento, que era o da cultura, consegue descer o orçamento da cultura para Portugal. A cultura, que os parceiros de esquerda tanto reclamaram, desce neste Orçamento do Estado como um parente pobre da governação socialista!

O orçamento contra a corrupção conseguiu ter algo inédito em Portugal: o Diretor do DCIAP vir a público dizer que não tem meios, nem forma de combater a corrupção e apontar termo ao Governo.

Foi isto que conseguiram, com seis ou sete anos de geringonça e com seis ou sete anos de pactos socialistas.

Este Orçamento engrossa o Estado e as clientelas públicas, que vivem à nossa conta, sem poder dar um sinal às famílias e às empresas, que, neste momento, precisavam do nosso apoio, precisavam do nosso estímulo.

Continuamos a dar tudo a todos, continuamos a sustentar os mesmos de sempre e aqueles que não querem fazer absolutamente nada, com um Orçamento de subsidiodependência que, espero, os portugueses, em breve, tenham oportunidade de penalizar devidamente. Mas aqueles que trabalharam, aqueles que se esforçaram, as famílias que precisavam agora de apoio, veem o Governo socialista nas mãos da extrema-esquerda virar-lhes a cara e dizer-lhes que não quer nada com eles.

É o imposto sobre o combustível, que tinham dito que não havia, é a água, é tudo o que são bens de primeira necessidade... Olhamos para este Orçamento e percebemos que o Governo tira de um lado e vai buscar ao outro. É o Orçamento balança, que vai querer dar a um lado para tirar ao outro. Mas «o outro» são sempre os mesmos: são os portugueses que trabalham, que se esforçam e que procuram fazer uma vida melhor; são os portugueses fartos deste sistema e que, cedo ou tarde, se hão de livrar dele, quando chamados às urnas em Portugal.

Este Governo morre, hoje, aqui, no Parlamento. Ninguém vai ter muitas saudades de tanta gente sentada nestas cadeiras. Esta maioria parlamentar morrerá, hoje, neste Parlamento, e esta geringonça que nos Governou morre, hoje, também.

António Costa vai agora atrás do seu sonho, o sonho que um dia levou José Sócrates em busca da maioria absoluta. Mas o povo português é muito sábio e há um ditado que diz que Deus dá sono, mas não dorme. O Chega não vai dormir e nós aqui estaremos para resistir e continuar a lutar para que aquelas parangonas de

«fascismo nunca mais» e «direita nunca mais», sejam, em Portugal, substituídas pelo que interessa, que é «socialismo nunca mais»!

Assim o povo português seja chamado às urnas e assim se possa decidir o nosso futuro em paz!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Mariana Silva, do Partido Ecologista «Os Verdes».

A Sr.^a **Mariana Silva** (PEV): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro: Somos hoje convocados a debater e a decidir sobre de um dos mais importantes instrumentos da governação — o Orçamento do Estado.

Os Verdes olham para este momento como uma oportunidade. Uma oportunidade para garantir as respostas à altura do universo e da gravidade dos problemas que o País e os portugueses vivem atualmente, muitos dos quais a pandemia veio aprofundar.

Exigem-se respostas, designadamente, no que respeita à mitigação das alterações climáticas, ao investimento nos transportes públicos, com grande premência para a ferrovia, à despoluição dos rios e ribeiras, à remoção e tratamento dos passivos ambientais, ao combate à pobreza, à dignificação das condições laborais, à melhoria substancial dos serviços públicos, à garantia de condições condignas de habitação, à aposta na produção nacional sustentável, nomeadamente no que se refere à agricultura familiar e biológica.

Neste momento, tendo passado a curva mais apertada da pandemia, temporariamente com menores condicionalismos da União Europeia e com os milhares de milhões que o Primeiro-Ministro não se cansou nos últimos meses de anunciar, Os Verdes esperavam do Governo um Orçamento para 2022 capaz de dar respostas robustas ao conjunto de dificuldades que atravessamos e que requerem ação urgente.

Como, na altura da entrega do documento, Os Verdes tornaram público, o Orçamento do Estado para 2022, tal como foi apresentado e com os acrescentos avulsos aqui anunciados, está muito longe de dar as respostas que se impõem, face à dimensão dos problemas.

Tivemos também a oportunidade de assinalar ser absolutamente incompreensível que, prevendo-se um crescimento da economia de 5,5%, esse crescimento não se faça sentir na garantia de mais qualidade de vida para os portugueses, ao nível do seu poder de compra, dos serviços públicos ou de melhores padrões ambientais. É porque, se não é quando a economia cresce que se procede à recuperação do poder de compra das pessoas e se investe a sério nos serviços públicos, nomeadamente no Serviço Nacional de Saúde e nos transportes coletivos, então, nunca será tempo de melhorar as condições de vida dos portugueses e de cuidar dos nossos recursos naturais.

Por outro lado, apesar de o Governo estar mais liberto dos constrangimentos e limitações impostos pela União Europeia, o Governo insiste em elevar a «corrida ao défice» a farol orientador deste Orçamento, comprometendo a resposta emergente aos problemas do País.

É uma proposta de Orçamento do Estado que, a nosso ver, não tem ponta que se lhe pegue.

Não obstante esse quadro de avaliação inicial, Os Verdes não desistiram de encontrar soluções que permitissem a melhoria substancial e a conseqüente viabilização do Orçamento. Um empenhamento sério no diálogo com o Governo, fazendo chegar ao Executivo cinco eixos que considerávamos absolutamente estruturais para dar resposta aos problemas do País e dos portugueses: travar as alterações climáticas; limpar o País e cuidar dos nossos recursos hídricos; combater a pobreza; garantir serviços públicos para todos; apostar na produção nacional.

Posteriormente, concretizámos esses eixos com 15 propostas — três por cada eixo — para que o Governo avaliasse e nos dissesse quais estaria disposto a acolher ou a ponderar e, em função da disponibilidade manifestada pelo Governo, poderemos proceder a uma reflexão com vista a construir o sentido de voto do Partido Ecologista «Os Verdes».

A resposta às nossas propostas, que chegou, como diz o povo, tarde e a más horas, sobretudo, o seu conteúdo, revelou, contudo, uma notória ausência de vontade de o Governo procurar soluções, pelo menos com Os Verdes. A verdade é que o Governo apenas acolheu uma das nossas propostas e manifestou uma vaga abertura para acolher parcialmente duas outras. Com uma agravante, sobre as nossas propostas relativas ao combate à pobreza e à necessidade de garantir serviços públicos, nem uma palavra.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Volto ao início: viemos para este debate com a consciência da sua importância e considerando que ele era uma oportunidade.

Sabemos que as pessoas que continuam sem médico de família deviam ter hoje aqui resposta. A ausência de compromissos do Governo aprofunda a nossa preocupação.

Sabemos que o ambiente precisa de um outro impulso na promoção do transporte público. O silêncio do Sr. Primeiro-Ministro à questão que ontem aqui lhe coloquei sobre a gratuidade dos transportes públicos até aos 18 anos diz muito da vontade do Governo. Enchem a boca com as alterações climáticas, mas medidas concretas só mesmo se forem obrigados.

Temos consciência de que os professores que, anos e anos, são colocados a centenas de quilómetros das suas casas, esperariam saber, hoje, que a Assembleia da República lhes garantiria um apoio à deslocação e deslocalização. O Governo fez ouvidos moucos.

Os milhares que não conseguem arranjar trabalho, mas que não têm acesso ao subsídio de desemprego esperariam que o Governo aceitasse a proposta de Os Verdes para prolongar por mais seis meses a prestação social que foi criada no âmbito da pandemia. O Governo assobiou para o lado.

Os pequenos e médios agricultores, a braços com o aumento dos custos de produção e com as inúmeras dificuldades em escoar os seus produtos, teriam legítimas expectativas de ver incluída no Orçamento a obrigatoriedade de 5%, repito, 5%, do abastecimento das cantinas públicas em produtos agrícolas passar a ter origem na agricultura familiar portuguesa em 2022, para chegar a 2027 aos 30%, ou da promoção dos circuitos curtos de proximidade e dos mercados locais, garantindo o escoamento de produtos provenientes da agricultura familiar e/ou biológica e estabelecendo preços justos na primeira venda. O que fez o Governo? Chutou para a frente e, sobre a necessidade de estabelecer preços justos na primeira venda, nem uma palavra.

Com toda a responsabilidade, nós estendemos a mão ao Governo, demos uma oportunidade ao Governo. Não para o salvar, mas para responder aos problemas dos portugueses. O Governo escondeu-se atrás das chamadas «contas certas» com a União Europeia para continuar a adiar as soluções necessárias.

O Sr. **Presidente**: — Queira terminar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Silva** (PEV): — Estou mesmo a terminar, Sr. Presidente.

Com isso, os problemas vão avolumar-se e as contas vão ficar cada vez mais incertas. Incertas as contas dos portugueses e incertas as contas dos Orçamentos.

Não encontrando neste Orçamento do Estado respostas robustas aos principais problemas com que os portugueses e o País se confrontam e não vislumbrando medidas que promovam ou garantam mais justiça social e um desenvolvimento sustentável para o País, o Partido Ecologista «Os Verdes», com todo o sentido de responsabilidade vota contra o Orçamento do Estado para 2022.

O Sr. **Presidente**: — Temos de respeitar os tempos, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Silva** (PEV): — Amanhã, como sempre fizemos, prosseguiremos o combate por esse País melhor de que não desistimos, um País mais justo e assente num desenvolvimento sustentável.

Aplausos do PEV e do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, pelo Grupo Parlamentar do PAN, a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo aqui presentes: Este debate sobre o Orçamento do Estado foi um medir de forças, um ver quem cede primeiro e uma forma de servir interesses partidários. Foi tudo aquilo que não deve ser, porque estamos a decidir o futuro das pessoas, a sua qualidade de vida, o seu bem-estar. Estamos a decidir aspetos estruturais como a saúde, a justiça, a habitação, a educação, medidas ambientais e de proteção animal.

No entanto, o bom senso não imperou em algum momento neste debate!

O PAN apresentou-se neste debate do Orçamento com uma postura responsável de diálogo e de negociação com o Governo, e fê-lo, precisamente, porque o País precisa de respostas.

Sabemos que este Orçamento, tal como tantos outros já aqui trazidos a discussão, está longe da perfeição ou dos consensos que todos gostaríamos de alcançar. Mas também sabemos que quem escolhe demitir-se daquilo para que foi eleito demite-se de um trabalho que, em democracia, deve ser um trabalho conjunto. E esta atitude resulta tão-somente num adiar das respostas imediatas de que as pessoas precisam. E o País, lá fora, não pode esperar.

Dizemos e repetimos: a Assembleia da República não pode faltar ao mesmo País que disse presente quando o momento assim o exigiu. Fazer oposição não é só votar contra, é também saber trabalhar em conjunto por melhores soluções para o País. Houve já quem aqui achasse que cooperar para a procura de soluções era «folclore parlamentar». Pois, Sr.^{as} e Srs. Deputados, aquilo a que aqui assistimos ontem e hoje, isso, sim, é o verdadeiro «folclore parlamentar», que nada acrescenta ao País.

Chegados ao fim deste debate, o que é que afinal cada Deputado e Deputada eleito à Assembleia da República vai escolher para o nosso País, vai escolher para todas as pessoas que estão lá fora, à espera de soluções, desta que deve ser a Casa da democracia? Será um País em suspenso? Um País marcado pela insegurança? O adiamento dos fundos comunitários? O adiamento das respostas quando as moratórias chegarem ao fim?

Foram várias as justificações forjadas para rejeitar o Orçamento do Estado, quando a verdadeira razão é tão-só a de manter o sectarismo político e satisfazer as clientelas partidárias!

As forças políticas que se empenharam em erguer muros, ao invés de construir pontes, vão ser também responsáveis pelo cenário desastroso que se antecipa para o País com a decisão que aqui se vislumbra.

Só o processo de especialidade pode permitir fazer as alterações que consideramos relevantes para o Orçamento, tornando-o num Orçamento mais justo ao nível social, ambiental e intergeracional, aproximando-se do Orçamento que o País precisa.

Ou será mesmo que, depois de termos a estabilidade do País comprometida, devido a uma crise sem precedentes, o melhor que esta Casa tem para dar às pessoas é, pura e simplesmente, deitar a toalha ao chão?! É abandonar o barco?! É deixar um País em suspenso?!

O que estamos a dizer às pessoas lá fora é, precisamente, que esqueçam o hospital de que tanto precisam. Médico de família? Não, não vão ter! Viver em casas onde se morre de frio? Não, não vamos dar respostas. Estamos a dizer às gerações mais jovens que não, não vamos continuar a combater as alterações climáticas, não, não vamos assegurar a necessária transição energética que é fundamental para o País, ou, menos ainda, acabar com as borlas fiscais que as grandes poluidoras continuam a beneficiar.

Qual é a alternativa?! A alternativa, Sr.^{as} e Srs. Deputados, para alguns deste Hemiciclo, passa por dar palco e alavancar a ascensão de forças políticas antidemocráticas que estão a crescer no País.

Aplausos do PAN e do PS.

Protestos do PSD.

Que fique bem claro, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que, para o PAN, dar espaço àqueles que acham que em matéria ambiental o caminho passa pela aposta em soluções poluentes, como o transporte individual, o consumo ilimitado dos recursos naturais, inclusive dos combustíveis fósseis, não é o que queremos para o País.

Se este Orçamento chumbar já na generalidade há avanços tão importantes em matérias estruturais, como os transportes públicos, que ficarão pelo caminho, incluindo os 1800 milhões de euros previstos para sanear a dívida histórica da CP (Comboios de Portugal) que, ano após ano, tem levado à degradação da empresa e da ferrovia.

Qual é a alternativa? Voltar às políticas de Passos e de Portas, que puseram fim aos passes sociais, aos passes sociais universais para todos os estudantes, que privatizaram empresas públicas lucrativas, como é o caso aberrante dos CTT (Correios de Portugal), ou que mandaram a nossa geração emigrar e não ser piegas?! Não, Sr.^{as} e Srs. Deputados, para o PAN, não é esta a alternativa.

Aplausos do PAN e do PS.

Este é também o Orçamento que, por negociação, tal como reivindicou o PAN, pode garantir o aumento do salário mínimo nacional, pode rever os escalões de IRS, de forma a aumentar os rendimentos da classe média, e prever um novo regime de IRS que abranja os jovens, em particular os trabalhadores com recibos verdes.

Qual é a alternativa que alguns querem trazer a esta Casa? Uma Iniciativa Liberal que rejeita a função redistributiva e social do IRS e que alimenta o sonho de uma taxa de IRS única,...

Aplausos do PAN e do PS.

... que levaria os ricos a pagar menos impostos e os mais pobres a pagar mais?! Não, não contem com o PAN para isso!

Aplausos do PAN e do PS.

A verdade é que, fruto do trabalho do PAN, este pode e deve ser um Orçamento de reforço do combate à corrupção e a um regime de englobamento que assegure uma maior taxação dos rendimentos conexos com os paraísos fiscais.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Juntem-se, juntem-se!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — É verdade que, apesar do esforço e insistência do PAN, este ainda não é o Orçamento que acolhe, finalmente, a abolição de matérias tão importantes como a do transporte dos animais vivos, o fim dos apoios à tauromaquia ou o fim dos apoios às suiniculturas.

Protestos do PSD e do CH.

Mas o PAN não baixará os braços na luta por estas causas. Aliás, se este Orçamento, do qual já resultaram importantes avanços em diferentes matérias, como a de garantir um maior investimento na proteção animal, uma das importantes demandas para o PAN, e a do alargamento de normas no Código Penal relativas aos animais, se este Orçamento chumbar será, de facto, um Orçamento que vai ver morrer na praia avanços na proteção animal.

Aqueles que nesta e na anterior Legislatura têm desprezado temas ambientais e de proteção animal, que têm sido a voz do *lobby* do marialvismo tauromáquico e dos interesses das grandes pecuárias, o que vão dizer afinal?

É que, com todas estas fragilidades que o Orçamento tem, não podemos deixar de reconhecer que este é também um Orçamento que permite avanços nos direitos humanos, com o reforço das soluções de habitação para as pessoas em situação de sem-abrigo, com a previsão de medidas de proteção e ações de prevenção e combate à violência doméstica, à violência de género, com medidas de combate ao racismo e à discriminação e com mais apoio e acompanhamento das meninas vítimas de casamento infantil.

Se este Orçamento chumbar, Sr.^{as} e Srs. Deputados,...

O Sr. **Presidente**: — Peço-lhe para concluir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Estou mesmo a concluir, Sr. Presidente.

Se este Orçamento chumbar, Sr.^{as} e Srs. Deputados, não tenhamos ilusões: as conquistas no caminho dos direitos humanos vão ficar na gaveta! E que fique bem claro que, para o PAN, o bloco central ou a bipartidarização que tem oscilado no arco do poder não são a solução.

Mas, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a esquerda e o Governo, ao não cederem, ao demitirem-se de lutar por um Orçamento melhor na especialidade, mais não estão a fazer do que a estender a passadeira vermelha à ascensão do populismo antidemocrático no nosso País, àqueles que tratam a pobreza como uma questão de preguiça e que promovem a exclusão e a perseguição ao invés da inclusão.

Aplausos do PAN e do PS.

E não, não contarão com o PAN para que possa crescer a extrema-direita no nosso País.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Juntem-se! Juntem-se!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — O PAN sabe bem o que quer, mas também sabe bem o que não quer e com quem não quer fazer caminho e os retrocessos a que não quer assistir.

Protestos do PSD.

O PAN está ciente do quanto vai pesar este sentido de voto na vida das pessoas, no bem-estar dos animais, nas metas ambientais e, possivelmente, nos destinos da nossa democracia.

Por isso, vamos viabilizar este Orçamento, na generalidade, por via da abstenção, e quando nos levantarmos para votar vamos fazê-lo ao lado das pessoas, pelo País e pelo Estado de direito democrático.

Aplausos do PAN e do PS.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos abrir o período de registo para efeitos de quórum para a realização das votações.

Entretanto, para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Meireles.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Ontem, o Sr. Primeiro-Ministro afirmava aqui que tinha muito orgulho em ter rompido com o chamado arco da governação. Pois o arco, Sr. Primeiro-Ministro, chamava-se da governação por um motivo e é precisamente por isso que a teimosia numa governação com o apoio das esquerdas mais radicais conduziu Portugal a uma situação objetiva de ingovernabilidade.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Quando estamos ainda a sair de uma pandemia, a geringonça não consegue sequer aprovar um Orçamento do Estado.

A geringonça gosta de ventos de feição. Quando as coisas se tornam difíceis ou quando há sinais de viragens numas autárquicas, rapidamente cada um vai para seu lado, com mais preocupações eleitorais do que vestígios de qualquer sentido de Estado.

Portugal agora precisava de tudo, de tudo, menos de uma crise política e é lamentável que tenham que ser os portugueses a colher a tempestade semeada pelos ventos do oportunismo da geringonça.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Hoje, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o PS sai daqui como um partido cuja arrogância tornou incapaz de se entender seja com quem for.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — É hoje tempo também de tirar conclusões desta governação e de olhar para as marcas de desengonçada coligação que a viabilizou.

Primeira marca da governação da geringonça: a transformação que fizeram da política e dos orçamentos em autênticos leilões,...

A Sr.^a **Clara Marques Mendes** (PSD): — Exatamente!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — ... com os parceiros a competirem pelas medidas simpáticas para pôr no *outdoor* e a culparem o parceiro do lado quando alguma coisa corria menos bem ou quando elas eram mais difíceis, e todos, mas mesmo todos, a fingirem que é possível o Estado dar tudo a todos e que o Estado tem quaisquer recursos que não seja aqueles que retira aos cidadãos.

Aplausos do CDS-PP.

A segunda marca é a seguinte: Portugal é hoje um dos países mais lentos a recuperar da pandemia. Há mais de oito Estados-Membros que já recuperaram em 2021 o seu PIB pré-pandemia: Irlanda, Luxemburgo, Estónia, Roménia, Lituânia, Dinamarca, Hungria, Polónia e Letónia, e prevê-se que antes do fim do ano pelo menos mais quatro lá cheguem. Pois bem, para Portugal, o Governo acha que a recuperação do nível de riqueza pré-pandemia já em 2022 constitui um objetivo ambicioso. Sermos um dos últimos a recuperar da pandemia é, para este Governo, um objetivo e uma grande ambição.

É o retrato dos anos da geringonça que nunca entendeu que não é possível distribuir riqueza sem primeiro criar riqueza e é também o retrato de um País que continua a ser ultrapassado em PIB *per capita* pelos países do antigo Leste europeu, que aprenderam com muitos sacrifícios o que custam as receitas que, em Portugal, alguns dos partidos que viabilizaram esta geringonça ainda hoje querem desgraçadamente aplicar.

Terceira marca da governação da geringonça: os malabarismos constantes.

Primeiro, a banalização das cativações e das gavetas cheias de autorizações nunca dadas pelas Finanças, não como instrumentos de execução orçamental, mas, sim, como um verdadeiro engano orçamental. Engano, aliás, para o PCP e o Bloco de Esquerda, que adoraram durante anos e orçamentos a fio ser enganados.

Os aumentos dos impostos indiretos, a criatividade sem limites, as taxas e das taxinhas, passando por tudo, desde o açúcar, a florestas e a embalagens de *take away*, num País como Portugal, com pelo menos 3500 taxas cobradas por apenas 25 entidades públicas, a atitude da geringonça foi sempre: «ainda não chega, é preciso mais e mais e mais taxas e taxinhas.»

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Um Governo que começou com um aumento de impostos, a sobretaxa do gásóleo e da gasolina, um Governo que começou com um aumento do ISP, onde logo cobrou mais de 300 milhões de euros só em 2016, apresenta-se aqui hoje, mais de cinco anos depois, com o desplante de dizer que vai devolver, com a ajuda do esquema do IVAucher, menos de metade disso, sabe-se lá quando.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Enquanto isso, as famílias portuguesas desesperam sempre que têm que encher o depósito de combustível para ir trabalhar.

Um Governo que prometeu em campanha eleitoral uma baixa de IRS, mas que logo a adiou durante a pandemia; um Governo que prometeu mudanças nas tabelas de retenção na fonte mas que continuou a cobrar a mais 2800 milhões de euros aos portugueses, mesmo durante um ano tão difícil como o de 2020; finalmente, um Governo que sempre se gaba de contas certas mas que esconde que a despesa primária, sem medidas de emergência, nem pontuais, ou seja, sem o efeito da pandemia e sem efeitos excepcionais, que passou de 84 000 milhões de euros, em 2019, para 98 000 milhões de euros, em 2022, ou seja, quase mais 4 pontos percentuais do PIB, transformou Portugal numa economia que cresce muito pouco, mas o Estado nunca para de crescer cada vez mais, mais e mais.

Aplausos do CDS-PP.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, nem a política, nem os governos, nem os orçamentos têm de ser isto e tenho a certeza de que Portugal pode ser muito mais.

Deste Orçamento não rezará a história. Dele o máximo que se dirá é que marca o momento em que o Sr. Primeiro-Ministro virou a cara à economia para se entregar à ideologia, em que a esquerda radical impôs a sua

utopia face ao mínimo dos mínimos de realismo, em que o País observa que esta maioria, seja lá a culpa de quem for e a quem a tentarem atribuir, caiu e caiu exclusivamente pelas suas próprias mãos e, por isso, não merece de Portugal uma segunda oportunidade.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Oliveira.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo: Fizemos este debate do Orçamento da mesma forma e com os mesmos objetivos com que durante os últimos meses o discutimos com o Governo.

Conhecemos as dificuldades que o País atravessa, conhecemos as dificuldades do nosso povo e os problemas que enfrenta no dia-a-dia e sabemos que há soluções e possibilidades de as concretizar, houvesse vontade política para isso.

É pela resposta global aos problemas nacionais que nos batemos e foi em função das soluções para a alcançar que interviemos decididamente.

Recusámos e recusaremos substituir esse debate por um guião de passa-culpas para ver quem é mais ou menos responsável pelo desfecho da votação deste Orçamento. Isso pode até render um bom guião para as disputas eleitorais de 2023, mas não é isso que resolve os problemas do povo e do País.

Aplausos do PCP.

Na luta pelo aumento geral dos salários e pela revogação da caducidade da contratação coletiva, na luta pelo reforço e em defesa do SNS e de outros serviços públicos, na luta pelo aumento das pensões e pelas creches gratuitas, pelo direito à habitação, por mais justiça fiscal, pelo controlo público de empresas e sectores estratégicos, pela dinamização da nossa economia e pelo apoio às micro, pequenas e médias empresas e em tantas outras matérias, batemo-nos por essas soluções tão necessárias quanto possíveis e inadiáveis.

Sim, soluções necessárias, possíveis e inadiáveis. Mesmo aqueles que duvidassem da sua possibilidade têm hoje clara a ideia de que, no momento em que tantos milhões são anunciados, o País dispõe de condições que lhe permitem concretizar as soluções de que necessita.

Ao longo da discussão não ficámos fixados a reivindicar o tudo ou nada, o tudo já ou nunca mais. Fizemos até ao limite das nossas possibilidades um esforço sério para que se encontrassem as soluções necessárias.

Partimos de uma proposta de aumento do salário mínimo nacional para 850 € no curto prazo, mas admitimos a possibilidade de começar o ano de 2022 com um valor de 755, chegando aos 800 € no final do ano.

Defendemos a revogação da caducidade da contratação coletiva, mas admitimos que se avançasse, por agora, com a sua suspensão sem prazo.

Partimos de uma proposta de aumento geral das pensões em 1,8% com um mínimo de 10 € e da gratuidade das creches para todas as crianças em 2022, mas admitimos fazer a discussão considerando as propostas entretanto adiantadas pelo Governo para cada uma dessas matérias.

Em nenhuma matéria houve, da parte do PCP, intransigência, inflexibilidade ou recusa de discussão. Mas não estava nas nossas mãos dar a resposta que só o Governo podia dar. Esteve nas mãos do Governo, ainda nos últimos dias, a possibilidade de dar a resposta que faltava para que se pudesse prosseguir a discussão sobre o conjunto das decisões a tomar. Ao longo do debate, fizemos esse desafio repetidamente.

A falta dessa resposta revela a opção feita pelo Governo. Essa falta de resposta pesa obviamente no destino desta proposta de Orçamento, mas fica sobretudo a pesar na reflexão que teremos de continuar a fazer sobre as condições que é preciso criar para que os problemas nacionais possam ser resolvidos. Porque com esta proposta de Orçamento ou sem ela, os problemas continuam cá para resolver e o País a necessitar da sua solução.

O exemplo das medidas dirigidas ao SNS é talvez aquele em que se torna mais difícil compreender a opção do Governo. Quando tratamos do SNS estamos a tratar de medidas urgentes que salvem o serviço público do assalto que lhe estão a fazer os grupos económicos da doença, que procuram, médico a médico, serviço a

serviço, dismantelar o SNS e liquidar a sua capacidade de resposta. Estamos a falar de medidas que evitem que este assalto tenha, a curto prazo, um tremendo impacto negativo que em alguns casos já se faz sentir.

O PCP defendeu soluções para a contratação e fixação de profissionais, para a valorização, integração adequada e progressão nas carreiras de todos os profissionais de saúde, para a concretização de um regime de dedicação exclusiva, para a autonomia das unidades de saúde na contratação de trabalhadores e na realização de investimentos, para a melhoria do acesso dos utentes a consultas, tratamentos, exames e cirurgias, para o reforço do investimento em edifícios e equipamentos.

Nos objetivos que afirmava, o Governo dava a indicação de estar de acordo com o PCP, de partilhar essas preocupações e até de ter em consideração a solução de alguns dos problemas para os quais o PCP há anos vem alertando. Faltando, então, verificar quais eram os compromissos concretos do Governo para que essas medidas pudessem começar a ser aplicadas a partir de 1 de janeiro, a resposta que tivemos foram formulações de promessas de regulamentação até março de 2022. E todos sabemos o que significam as promessas de regulamentação futura, com o incumprimento dos prazos, os adiamentos, a limitação do alcance daquilo que é regulamentado.

Ao longo do debate, o Governo e o PS insistiram em repetir a lista de propostas e compromissos assumidos em resultado da intervenção do PCP.

Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados do PS, sabemos bem o valor dessas propostas. Foi por sabermos bem o valor de cada uma que nos batemos por elas. O que não pode nem deve ser feito é desvalorizar cada uma, considerando-a isoladamente e de forma desarticulada do conjunto de soluções para os problemas nacionais.

O resultado dessa desvalorização por consideração avulsa é óbvio se olharmos exemplos concretos das suas consequências. Alguns pensionistas teriam um aumento de 10 €, que, até hoje, nunca tiveram, mas continuariam à mercê do aumento das rendas de casa ou dos custos com a saúde porque o Governo não quis considerar a resposta aos problemas da habitação ou do SNS.

As creches gratuitas poderiam ter novos elementos de avanço, mas a falta de vagas continuaria a ser uma chaga na vida das famílias porque o Governo não quer avançar com a criação de uma rede pública de creches assumida como tal. E os pais das crianças que, ainda assim, conseguissem uma vaga numa creche continuariam a ter de lidar com a precariedade laboral, a desregulação de horários de trabalho, as dificuldades no acesso à habitação, porque também nessas matérias o Governo não quis assumir compromissos.

Aplausos do PCP.

Quando o PCP defende uma resposta global aos problemas nacionais em que o Orçamento deve inserir-se é mesmo disso que estamos a falar: uma resposta global que identifique os problemas e procure responder-lhes, numa visão de conjunto e não numa lista da qual possam ser destacadas algumas medidas isoladamente, sobretudo quando essa lógica de consideração avulsa tem como consequência o sentimento das pessoas de que se está a dar com uma mão e a tirar com a outra.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo: Os trabalhadores e o povo português têm, na intervenção do PCP neste debate, elementos que, em qualquer circunstância, com ou sem Orçamento aprovado, serviriam e servirão no futuro de referência para a construção da resposta aos problemas nacionais. Há soluções e o PCP bate-se por elas, e era isso que devíamos ter alcançado no debate deste Orçamento.

Não tendo havido da parte do Governo resposta que desse garantias de haver essa resposta global defendida pelo PCP, não pode ser pedido ao PCP que abandone a sua luta e os trabalhadores e o povo à sua sorte. Se a expressão concreta que a nossa intervenção assume é hoje mais exigente do que foi no passado é porque a situação do País é ela própria mais exigente, é porque muitos dos problemas se avolumaram em consequência da recusa pelo Governo de soluções que há muito poderiam estar concretizadas.

Continuaremos a colocar na primeira linha de prioridade a política alternativa que defendemos com as soluções concretas que a concretizam. Continuaremos do lado certo da luta, ao lado dos trabalhadores e do povo porque é com eles e com a defesa dos seus direitos e interesses o nosso primeiro e principal compromisso.

Aplausos do PCP e do PEV.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Catarina Martins, do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Catarina Martins** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Governo passou dois dias a repetir que este é o Orçamento mais à esquerda de sempre. A frase é tão oca que até a direita a repetiu e não resiste aos factos.

A proposta de Orçamento, mesmo adicionada dos anúncios dos últimos dias, mantém um investimento anémico, não trava a deterioração do SNS nem a perda de poder de compra para a generalidade dos salários e pensões.

A promessa de investimento é fazer agora o que já estava previsto em orçamentos anteriores, mas o aumento não chega sequer a um terço do que ficou por executar desde 2016. A saúde é o setor com mais anúncios grandiosos. Repetem-se para 2022 promessas de anos anteriores, com taxas de execução nulas ou muito baixas, como, por exemplo, as dos hospitais do Seixal, Setúbal e Évora. Enquanto são esquecidos projetos que constaram em orçamentos anteriores, como Barcelos, Algarve e Beja, há o empolamento de investimentos que já todos sabemos que não vão acontecer. O mais caricato será a promessa da execução em 2022 de milhões de euros para equipar um hospital, Lisboa Oriental, cuja construção nem sequer se iniciou.

As pensões mais baixas continuarão em valores inferiores ao limiar de pobreza, enquanto as restantes perdem poder de compra, sob uma inflação que será bem maior do que a que o Governo reconhece: em setembro, já ia em 1,48% e os preços, desde logo da energia, continuam a aumentar.

Aos trabalhadores do Estado também se pede que continuem em perda. O aumento de 0,9% é irrisório face à perda acumulada de 10% do poder de compra, mas não só. É irrisório face às possibilidades do Orçamento: o valor líquido do aumento proposto aos funcionários públicos — 128 milhões de euros — é pouco superior ao imposto de selo que a EDP deixou de pagar pela venda da concessão de seis barragens em dezembro de 2020.

Estas escolhas não têm nada de esquerda, nem são resposta aos problemas do País, e são inexplicáveis porque o momento devia mesmo ser de mudança.

Na Europa, as regras do Pacto de Estabilidade estão suspensas e os diversos governos apresentam orçamentos de recuperação e investimento. Em contracorrente, o Governo português apresenta um orçamento de contenção, desperdiçando o momento de alívio da pressão europeia e a maioria que existe no Parlamento para medidas duradouras para a economia e para a sociedade. A bazuca, base de tantos anúncios, não tem correspondência no Orçamento.

Depois de meses de negociações, continua incompreensível este alheamento do Governo. Dizer que o Bloco é intransigente é tão inútil e tão pouco credível como dizer que os profissionais do SNS estão a atacar o Governo quando alertam para a situação insustentável em que se encontram.

O Governo não trouxe nada de novo a este debate. O Primeiro-Ministro limitou-se a invocar um certo documento do Governo onde estariam finalmente explicadas as razões da rejeição de cada uma das nove propostas do Bloco. O documento não circulou, mas tive a oportunidade de o ler e é com desilusão que constato que as razões da rejeição continuam a ser um segredo bem guardado pelo Sr. Primeiro-Ministro.

Qual é o perigo de voltar à regra que durou um século sobre o pagamento das horas extra? Nenhuma resposta! Ou de aceitarmos a proposta do próprio PS para a indemnização por despedimento? Silêncio! Ou o limiar dos 25 dias de férias por ano? O Governo não tem resposta que possa dar. Só num caso o Governo se lançou numa justificação: tocar no fator de sustentabilidade é matar o sistema de pensões.

Ora, nós já acabámos com o fator de sustentabilidade para quase todos os casos. Restam poucos casos e a enorme injustiça de uma pessoa com 64 anos e 43 anos de carreira contributiva ter um corte maior na pensão do que uma pessoa com 63 anos e os mesmos 43 anos de descontos.

Na saúde, o Governo também não justifica a recusa das propostas do Bloco. Pior: as suas contrapropostas são um recuo face ao que prevê a Lei de Bases da Saúde que fizemos em conjunto.

Mas pergunto ao Sr. Primeiro-Ministro: pensou mesmo que podia convencer-nos de que a solução para a falta de profissionais é um pagamento a quem faça o equivalente a três meses adicionais de trabalho extraordinário? Em vez de atrair mais gente para o SNS, a solução é sobrecarregar quem já está exausto com mais horas ainda?!

O Governo não podia estar à espera que aceitássemos continuar a assistir à drenagem do SNS pelo privado quando já ultrapassámos um milhão de utentes sem médico de família. Sei que o PS não gosta de o ouvir, mas

vou repetir: somos fiéis à proposta Arnaut-Semedo; as carreiras no SNS devem ser em exclusividade, bem pagas e com toda a responsabilidade que é cuidar de quem precisa.

Diz o Governo que a lei laboral não deve ser negociada no quadro do Orçamento do Estado. Mas fora do Orçamento também não, porque aí o PS usa sempre o seu voto para impedir a retirada da troica das leis do trabalho. Claro que, na ausência de um acordo de Legislatura, como lhe propus e recusou, é no quadro da aprovação do Orçamento que se cria as condições de viabilidade de um Governo minoritário.

Tivesse o Governo aceitado a proposta de Arnaut e Semedo para a exclusividade das profissões da saúde, tivesse concretizado o que o próprio PS já defendeu para as pensões antecipadas ou para as indemnizações por despedimento e teria o acordo do Bloco de Esquerda para este Orçamento do Estado.

Mas o Primeiro-Ministro não avança, preferiu abrir uma crise política, rompeu todas as pontes, recusou todas as propostas e preferiu, ontem, voltar ao infeliz discurso da campanha autárquica, prometendo milhões para todo o lado, embalado para eleições antecipadas.

Sei que em orçamentos há promessas abundantes e dramalhões convenientes. Lembra-se do ano passado? Se o pagamento ao Novo Banco fosse sujeito a verificação prévia era uma bomba atómica.

Lembram-se do ano passado? Se o pagamento ao Novo Banco fosse sujeito a verificação prévia, seria uma bomba atómica!

Onde está o Deputado que disse que era uma bomba atómica? Onde está o Ministro que disse que ia queixar-se ao Tribunal Constitucional e ao Supremo Tribunal Administrativo?

Já ouvimos de tudo. É por isso que preferimos soluções a promessas.

As cuidadoras informais já ouviram falar de milhões em 2020 e em 2021, mas só foram usados menos de 2% das verbas. Os milhões esqueceram as pessoas.

Os trabalhadores da cultura olham incrédulos para um Orçamento sem dotação para a proteção na intermitência e onde não cabem mais do que 0,5% para a cultura, depois da promessa do Primeiro-Ministro de que nesta Legislatura se chegaria, não a 1%, mas mesmo a 2% do Orçamento para a cultura.

Os reformados das pedreiras continuam com os cortes nas pensões que o último Orçamento garantia recalculer. Os trabalhadores com deficiência, tal como quem trabalha por turnos ou em trabalho noturno, depois de sucessivos estudos prometidos, continuam sem nenhuma solução que antecipe a sua reforma.

O povo que trabalha ou recebe pensão, as pessoas, que não são números, são tantas vezes esquecidas no meio de tantos milhões parados. Essas pessoas, que não são números, são a nossa obrigação e o nosso mandato.

Por isso, apresentámos apenas nove propostas essenciais. Era o nosso ponto de partida. Houvesse um compromisso nessas matérias e cá estaríamos para trabalhar, na especialidade, em muitas outras questões. Como ontem dissemos, haveria imenso que fazer.

Continua a não ser aceitável perder mais de 700 milhões de euros em benefícios fiscais para os reformados nórdicos, quando quem aqui trabalhou paga o seu IRS. Continua a não ser aceitável que as rendas pagas aos gigantes da energia tornem exorbitante o preço da eletricidade para famílias e empresas.

Só que é preciso um caminho de compromisso, foi assim que fizemos a geringonça. Fizemos um contrato para quatro anos, um acordo escrito que o Primeiro-Ministro dispensou nesta Legislatura. Trabalhámos, durante meses, sobre cada Orçamento, cumpriu-se o que se prometeu, nada do que agora se viu.

A geringonça foi morta pela obsessão pela maioria absoluta,...

Protestos do PS.

... pela recusa das finanças em dar ao SNS carreiras profissionais, condições de contratação e investimentos planeados, pela intransigência que mantém a troica nas leis laborais.

Protestos de Deputados do PSD.

Mas a geringonça não foi tempo perdido, foi tempo ganho. Fica, por isso, hoje uma certeza que quero repetir com clareza perante todo o País: lutaremos. Lutaremos por uma maioria para uma saúde digna para toda a gente, por uma democracia que protege a segurança social,...

Protestos do PS.

... por salários e empregos sem precariedade — medidas de que o País precisa e que respondem pelas pessoas.

O Bloco de Esquerda foi sempre uma solução, defendeu soluções, está pronto para soluções e sabe que elas fazem o seu caminho. É este o nosso mandato, não faltaremos.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Pelo Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Rui Rio.

O Sr. **Rui Rio** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O voto contra do PSD à proposta de Orçamento do Estado para 2022 consubstancia-se nas críticas que, desde sempre, temos feito à política económica e orçamental dos Governos de António Costa. É uma política económica e orçamental errada e errática, que não dá esperança num futuro melhor aos portugueses, sobretudo aos mais jovens.

É uma política económica errada, porque nunca esteve focada na melhoria da competitividade da economia portuguesa nem no aumento da produtividade. O crescimento económico, nos anos anteriores à pandemia, foi sempre reduzido e inferior ao da maioria dos Estados-Membros da União Europeia, sobretudo ao dos nossos concorrentes de leste.

Em 2020, a economia nacional teve uma quebra do seu produto interno bruto de 8,4%, superior à média europeia. Agora, para 2021 e 2022, no documento que hoje votamos, o Governo apresenta crescimentos económicos que mais não são do que o simples recuperar da quebra de 2020.

Mas Portugal não teve apenas uma quebra do PIB mais elevada do que a da maioria dos países europeus, tem, também, uma das recuperações mais lentas, sendo que apenas no final de 2022 teremos recuperado o nível de 2019. É uma recuperação lenta e tardia, mas, ainda mais grave, é uma recuperação que assenta exclusivamente na procura interna, via consumo privado e despesa pública.

O contributo da procura externa, nomeadamente das exportações, ou seja, o contributo da nossa competitividade internacional, é praticamente nulo. Agravam-se, assim, as contas externas e o endividamento do País face ao exterior, que foi, precisamente, o principal elemento que determinou o histórico e humilhante ajoelhar de Portugal em 2011.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Rui Rio** (PSD): — Agrava-se, assim, o modelo errado que o Partido Socialista defende e que é o inverso do que Portugal verdadeiramente precisa: um crescimento assente, sobretudo, no investimento e nas exportações.

Aplausos do PSD.

Ainda mais conflagradas são as previsões de crescimento económico para o médio prazo. Voltaremos a um padrão abaixo dos 2%, manifestamente insuficiente para não nos atrasarmos ainda mais relativamente à Europa e para evitarmos ser ultrapassados no nosso nível de vida por ainda mais países do leste europeu.

É, sobretudo, um crescimento insuficiente para gerar a riqueza que permite melhores salários, melhores pensões, melhores apoios sociais e serviços públicos mais eficientes.

Tudo isto resulta também, desde logo, da incapacidade do Governo em encetar as reformas estruturais de que o País precisa e que o PSD tanto tem reclamado.

Acantonado à sua esquerda e agarrado ao poder, cedendo o que pode e o que não pode, o Governo foi recusando todas as propostas vindas de diversos quadrantes políticos, económicos e sociais que permitiriam melhorar a competitividade da economia e aumentar o nosso crescimento potencial de médio e longo prazo.

O Partido Socialista, com a opção política que tomou de se colocar na total dependência da esquerda radical, transformou-se na face do imobilismo e do estatismo que têm condenado o País à estagnação e ao empobrecimento.

Aplausos do PSD.

O Governo está, desde o início da pandemia, à espera do milagre europeu, sem qualquer preocupação em governar com respostas estruturais, à espera de que o PRR resolva todos os problemas do País, à espera de que um disparo de bazuca traga o milagre da recuperação e do crescimento económico.

No entanto, os números são inequívocos e demonstram que o PRR não vai transformar estruturalmente a economia portuguesa. A oportunidade vai-se perder e Portugal continuará a marcar passo com crescimentos medíocres se esta política não for invertida.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Rui Rio** (PSD): — Mas, como disse, temos tido também, desde 2015, uma política económica errática, num óbvio desequilíbrio entre a compra dos votos do PCP e do Bloco de Esquerda e a manutenção dos nossos compromissos europeus.

Protestos do Deputado do PCP João Oliveira.

É uma política económica errática que não tem qualquer coerência estratégica nem viabilidade de longo prazo, tem apenas a preocupação conjuntural de, em cada ano, conseguir a aprovação dos Orçamentos do Estado de forma totalmente avulsa. Era evidente que tinha de dar mau resultado.

O PSD avisou, vezes sem conta, que a consolidação orçamental, entre 2016 e 2019, era meramente de conjuntura, que o dito excedente não tinha sustentabilidade estrutural, que a redução do défice, entre 2016 e 2019, não tinha qualquer mérito em termos de política governamental ativa e que estava assente em meros fatores pontuais.

Aplausos do PSD.

Estava assente na política monetária do BCE (Banco Central Europeu) e num fraco crescimento económico baseado no turismo, no imobiliário, nos cortes no investimento público, nas famosas cativações e em aumentos da carga fiscal.

Entre 2016 e 2021, o Governo usufruiu de uma folga anual nos juros da dívida pública de 3000 milhões de euros. O que fez o Governo com esta dívida da Europa? Nada! Ou melhor, gastou e distribuiu. Olhou exclusivamente para o presente, com a preocupação de se manter no poder, com base em periclitantes negociações, cada vez mais frágeis e mais conjunturais.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rio** (PSD): — A crise pandémica de 2020 mostrou o quanto essa consolidação orçamental era um castelo de areia.

Portugal teve uma das respostas orçamentais à pandemia mais reduzidas da Europa, isto é, Portugal foi dos Estados que menos apoiou as famílias e as empresas. E foi assim porque era dos países com menor margem orçamental. Tivesse o Governo levado a cabo uma consolidação orçamental estrutural, como tantas vezes referimos, e Portugal teria tido maior margem de apoio às pessoas, ao emprego e ao investimento.

Aplausos do PSD.

O Governo teve uma resposta limitada e insuficiente à crise da COVID-19, mas, apesar disso, deixou que se evoluísse para um perigoso descontrolo da despesa pública.

Segundo a proposta que hoje votamos, entre 2019 e 2022, retirando as despesas com a pandemia e as despesas ligadas ao PRR, ainda assim, a despesa corrente primária sobe 11 000 milhões de euros em apenas três anos. São 11 000 milhões de euros que, por si só, representam 5% do produto interno bruto.

Para se ter uma noção do descontrolo do Governo, basta dizer que, neste mesmo período, o PIB cresce apenas 15 000 milhões de euros. Ou seja, quase toda a criação de riqueza é capturada por este Estado verdadeiramente onnipresente.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Rui Rio** (PSD): — Pior ainda, trata-se, sobretudo, de despesa estrutural, que é rígida e que, por isso mesmo, se manterá durante muitos anos. Isto, num País com uma dívida pública de 220 000 milhões de euros e que não tem parado de crescer.

Basta atender ao que disse o Banco de Portugal há apenas três semanas: o aumento de despesa corrente primária em 2020 e 2021 não é sustentável no médio prazo. E, nessa altura, não tinha o Banco de Portugal visto ainda esta proposta de Orçamento do Estado para 2022, que agrava mais este desastre de graves consequências para o nosso futuro coletivo.

A própria mexida nos escalões do IRS, vendida aos portugueses, com a habitual pompa e circunstância, como uma grande descida de impostos, vale, afinal, na proposta que hoje votamos, apenas 150 milhões de euros — mais ou menos o montante do imposto de selo que o Governo quer perdoar à EDP pela venda das barragens.

Aplausos do PSD.

Sou modesto na comparação, porque se aqui voltasse a chamar o Novo Banco ou a TAP a pequenez desta verba seria ainda maior face à propaganda que o Governo dela fez.

As medidas diretamente dirigidas às empresas também são pouco mais do que nada, o que não espantará numa proposta de Orçamento inicialmente desenhada para agradar à esquerda. É o caso do fim do pagamento especial por conta, que já era facultativo para a esmagadora maioria, e que vale apenas 10 milhões de euros, a que se soma um crédito fiscal ao investimento que proíbe as empresas de se reestruturarem em matéria de capital humano, tornando-o, assim, pouco eficaz.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, apesar de a votação ainda não se ter realizado, sabemos que esta proposta do Governo vai ser, muito provavelmente, reprovada.

Vai ser reprovada, porque o Governo nunca foi capaz de formar uma maioria parlamentar estável. Entregou-se totalmente nas mãos do PCP e do Bloco de Esquerda, ficando à mercê das suas exigências e da «pesca à linha» de Deputados independentes ou de partidos de muito escassa representatividade.

Aplausos do PSD.

Para agradar à esquerda radical, o Primeiro-Ministro António Costa resolveu agravar ainda mais a sua já enorme dependência, dizendo que, no dia em que precisasse do voto do PSD para fazer aprovar um Orçamento do Estado, o seu Governo se demitiria.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Por causa desse mau feitio é que não vai a Belém!

O Sr. **Rui Rio** (PSD): — É certo que, para poder sonhar com uma negociação com o PSD, o Governo teria de mudar o rumo da política económica em 180 °, mas dizer o que disse só enfraqueceu a sua posição negocial e só contribuiu para o País ficar mais perto da ingovernabilidade.

Aplausos do PSD.

Estamos a pagar os erros políticos derivados de um PS radicalizado, que, desde 2015, ultrapassou inequivocamente as linhas vermelhas, que o seu próprio fundador, Mário Soares, sempre traçou e respeitou.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS, tendo Deputados batido com os pés no chão.

O Presidente da República avisou, em devido tempo, que o chumbo do Orçamento tinha de significar eleições antecipadas o mais rapidamente possível, porque temos de minorar os riscos não só de nos atrasarmos economicamente cada vez mais, como também de evitar perder uma parte do PRR, que tem um tempo muito escasso para a sua utilização plena.

De nada serviram esses avisos, porque os intervenientes estavam intransigentemente mais interessados em medir os ganhos e perdas partidárias do que em colocar o interesse nacional acima de qualquer outro.

Aplausos do PSD.

Por evidente esgotamento parlamentar, o País encontra-se perante uma crise política que quanto mais tempo durar, pior será para Portugal.

Da nossa parte, em nada contribuimos para ela. A responsabilidade é toda à nossa esquerda, que, ao longo dos tempos, se entendeu e desentendeu da forma como muito bem quis.

Sr. Presidente, como em devido tempo divulgámos, o PSD só pode votar contra este Orçamento do Estado que, como aqui disse, vai exatamente no sentido contrário ao que sempre defendemos.

Aplausos do PSD, de pé.

Protestos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Grupo Parlamentar do PS, através da Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendonça Mendes.

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Há seis anos, os portugueses escolheram um caminho...

Protestos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados do PSD, peço para terem o mesmo respeito pela intervenção da Sr.^a Deputada que houve pela intervenção do vosso presidente.

Muito obrigado.

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — Volto a dizer, para que os Srs. Deputados oiçam, que há seis anos, os portugueses escolheram um caminho que nos levou, juntos, ao crescimento da economia, à criação de meio milhão de postos de trabalho, ao aumento do rendimento dos portugueses, ao aumento das pensões, ao aumento do salário mínimo nacional, à melhoria das condições de vida dos portugueses.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

Há seis anos, a democracia parlamentar permitiu que se criasse um Governo liderado pelo Partido Socialista e apoiado pelos partidos à esquerda neste Parlamento.

Registámos o menor défice de sempre, conquistámos a credibilidade internacional, e tudo isto quebrando o arco da governação, conseguindo construir pontes e compromissos com a esquerda, como, anos antes ou meses antes de outubro de 2015, ninguém acharia possível.

Com o Governo do PS, com o apoio da esquerda parlamentar, devolvemos esperança aos portugueses e conseguimos virar a página da austeridade e acabar com muitos sacrifícios dos portugueses. Conseguimos passar a convergir com a zona euro no crescimento económico em quatro anos consecutivos, reduzir o desemprego para metade.

Conseguimos mais de um milhão de famílias com manuais escolares gratuitos, o aumento, em 40%, do salário mínimo nacional, a redução, nunca antes imaginada, no preço do passe dos transportes públicos, o aumento extraordinário das pensões e do abono de família, a redução do IRS para tantas famílias, com o desdobramento dos escalões e a eliminação da sobretaxa.

Aplausos do PS.

Fizemos a aposta fundamental no Serviço Nacional de Saúde que não foi apenas na resposta à pandemia, foi muito anterior, e, hoje, há quase mais 30 000 profissionais de saúde no SNS do que havia no início de 2016.

Conseguimos, ainda, o fim das taxas moderadoras, 800 000 famílias com a fatura de eletricidade mais barata, graças à tarifa social de energia, a progressão nas carreiras da função pública, congelada durante anos, pela direita, a luta contra a precariedade no Estado.

E, com tudo isto, Sr.^{as} e Srs. Deputados, reconquistámos a credibilidade internacional e a confiança dos consumidores, dos investidores e dos empresários. Cumprimos com Portugal.

E estes resultados, Sr.^{as} e Srs. Deputados, são nossos, dos portugueses, do Governo do PS e da esquerda parlamentar.

Aplausos do PS.

Que ninguém tenha, hoje, a tentação de renegar a importância destes seis anos, das convergências feitas, da história destas páginas e da nossa responsabilidade nestas conquistas. Quem previu que esta solução não funcionaria, enganou-se e enganou-se durante muito tempo, pelos resultados que podemos apresentar.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, durante estes dois últimos anos, vivemos uma das maiores crises, com a pandemia que mudou a vida de todos, aqui, e no mundo. Este Governo fez tudo para não deixar ninguém para trás. O Estado não falhou e, perante a emergência, agiu. Foram mais de 950 milhões de euros em medidas adicionais, só no setor social, durante a pandemia.

Tivemos um Estado social forte na crise sanitária e na proteção dos rendimentos, para evitar a crise social, com centenas de medidas que deram resposta firme e rápida: do teletrabalho ao *layoff* pago a 100%, da suspensão das contribuições ao isolamento profilático pago, do apoio para acompanhamento de filhos menores ao apoio aos trabalhadores independentes, às empresas, através das moratórias bancárias.

Foi porque sempre apostámos no Serviço Nacional de Saúde e graças ao empenho e dedicação dos seus profissionais, que Portugal lidera, hoje, os índices de vacinação. Fomos o primeiro país do mundo a atingir os 85% da sua população com vacinação completa e estamos agora com 88% da população vacinada.

Aplausos do PS.

Esta é uma conquista da maior importância, que nos permitiu retomar a vida e desconfinar. Com estas e com outras medidas, a nossa resposta foi solidária e voltámos já, hoje, a números de emprego pré-pandemia. E conseguimos fazê-lo sem cortes, sem dar passos maiores do que a perna, mas com solidariedade, com responsabilidade e sem austeridade!

Aplausos do PS.

E, Sr.^{as} e Srs. Deputados, chegados aqui, no encerramento deste Orçamento, é justo sublinhar, uma vez mais, o esforço que o Governo fez para chegar a acordo no âmbito destas negociações. Foram horas, muitas reuniões, foi muito trabalho.

Contudo, uma negociação não pode ser cedência. Uma negociação é diálogo e compromisso, uma negociação não é tudo ou nada, uma negociação é colocar a prioridade do País e dos portugueses à frente de qualquer agenda partidária.

Aplausos do PS.

O Orçamento do Estado para 2022 é um orçamento de esquerda e tem o maior investimento social de sempre: mais de 7000 milhões de euros do que em 2015, o maior investimento de sempre nas prestações sociais familiares, a progressiva gratuitidade das creches para todas as crianças de todos os anos, a estratégia nacional de combate à pobreza e a garantia para a infância, criada pela primeira vez, a atualização extraordinária das pensões mais baixas e a atualização regular de todas as pensões, o aumento do salário mínimo nacional em 40 €, o maior aumento de sempre destes seis anos, o valor mais alto de sempre para as políticas de emprego e de formação.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, conjugado com este Orçamento, com as medidas que foram negociadas, e que estão aqui plasmadas, é justo que se refira, também, o compromisso com o estatuto profissional para os trabalhadores da cultura, que, com este Orçamento do Estado, tinham garantido, pela primeira vez, uma proteção social.

Votar contra este Orçamento do Estado é privar de apoio 500 000 crianças, que hoje estão em situação de pobreza, crianças que não têm acesso à escola, não têm o mínimo para viver com dignidade, crianças que não têm acesso a uma habitação condigna.

É por estas crianças que o Orçamento do Estado não pode ser chumbado.

Aplausos do PS.

Votar contra este Orçamento do Estado é privar mais de 2 milhões de pensionistas de um aumento que melhora a sua condição de vida. E é por estes pensionistas que o Orçamento não pode ser chumbado.

Votar contra este Orçamento do Estado é privar milhares de funcionários públicos que esperam uma melhoria no seu salário, é privar os portugueses que precisam de uma melhoria dos cuidados de saúde, é privar as empresas de mais investimento.

Os portugueses festejaram uma aliança à esquerda, liderada pelo PS, e esperam que continuemos o caminho. E, por isso mesmo, há, hoje, um País que olha para este Parlamento, atónito e receoso. Ninguém compreende que, daqui a instantes, o PCP, o Bloco de Esquerda e o Partido Ecologista «Os Verdes» se levantem ao lado do PSD, do CDS, do Iniciativa Liberal e do Chega, para votar contra este Orçamento,...

Aplausos do PS.

... o Orçamento mais à esquerda e com mais sensibilidade social.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, que a direita não acompanhe este caminho, é natural em democracia. Quando o caminho é diferente, não corta salários, não adia sonhos, não aumenta impostos, não cria incerteza, não defende o Estado mínimo ou as privatizações, é muito natural, Sr. Deputado Rui Rio, que a direita não nos acompanhe.

Mas, à esquerda, é incompreensível colocarem-se ao lado daqueles que têm estado sempre, sempre contra as conquistas sociais que recuperámos ao longo destes seis anos.

Aplausos do PS.

O que o PS fez foi o que todos os portugueses sabem: invertemos as políticas de austeridade que fizeram os portugueses pagar uma fatura desnecessária e desnecessariamente alta e provámos que era possível fazer crescer a economia e o emprego com justiça social.

O País exige-nos — e, lá fora, pedem-nos — estabilidade, porque este é um momento particular da história do nosso País. Este é um momento em que, depois de termos negociado o maior pacote de fundos comunitários para a nossa recuperação, temos a obrigação de nos entregar à recuperação da vida das pessoas, à recuperação das empresas e à recuperação do País.

Aplausos do PS.

Quando o PCP, o Bloco de Esquerda e o PEV votam contra este Orçamento, estão também a votar contra as suas próprias propostas, que aí estão inscritas.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Quais?!

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a pandemia ainda não acabou e a Legislatura tem mais dois anos. Teríamos tempo para nos sentarmos à mesa, para resolver problemas cujas soluções deram os primeiros passos significativos com a Agenda para o Trabalho Digno, com o estatuto do SNS, ou com o estatuto dos profissionais de saúde.

A ironia suprema do chumbo deste Orçamento é a de que não se prende com nenhuma matéria orçamental,...

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Não é verdade!

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — ... mas, sim, com a introdução de medidas que nada têm que ver com o Orçamento do Estado.

O País não comporta radicalismos. O País quer serenidade e paz social e quer que os governantes resolvam os seus problemas. Não será nunca, nem nunca foi, pelo PS e pelo Governo que a esquerda não se entendeu. Não, não foi o PS que se desviou do caminho iniciado há seis anos.

Aplausos do PS.

Hoje, a escolha é simples: continuar o caminho ou interromper este ciclo de conquistas e de crescimento. Fechar hoje as portas é desistir da ideia do entendimento à esquerda, é desistir de um rumo para um País orientado pela procura de mais igualdade e de mais solidariedade, é desistir do reforço do Estado social e da promoção do combate à pobreza, por via da afirmação dos direitos sociais.

É como se, na afirmação dos nossos diferentes programas, fosse indiferente o resultado final, fosse indiferente que, no final, as pessoas vivessem melhor ou pior.

Para a esquerda, este resultado nunca pode ser indiferente!

Não é indiferente o valor do salário mínimo nacional. Não é indiferente o valor das pensões mais baixas. Não é indiferente o custo dos transportes públicos. Não é indiferente o custo da eletricidade. Não é indiferente o custo das creches. Não é indiferente o custo da educação. Não é indiferente a qualidade do Serviço Nacional de Saúde. Não é indiferente a precariedade no trabalho.

Aplausos do PS.

Para conseguir mais, não é legítimo deitar fora o que já se conseguiu e o que, passo a passo, seria ainda possível conseguir.

O PS não desistiu nem nunca desistirá do País e dos portugueses. Não consideramos indiferente o que faz a diferença na vida de milhões de portugueses e estamos disponíveis para continuar.

Podem, Sr.^{as} e Srs. Deputados, ter a memória de que, nas bancadas à direita, dentro do turbilhão que vai nas suas casas,...

Vozes do PSD: — Oh!

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — ... estão à espreita para poder reverter todas as conquistas sociais que conseguimos ao longo destes seis anos.

Aplausos do PS.

O voto contra ao lado da direita é dizer à direita que tinha razão quando cortou salários, quando cortou pensões, quando teve o Estado mínimo e quando depauperou os serviços públicos!

Aplausos do PS.

Protestos do BE.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não vale tudo!

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — Sr.^a Deputada, nem lhe vou dizer nada. Não vale a pena. Sr.^{as} e Srs. Deputados, querer tudo, hipotecando a credibilidade conquistada nestes anos, não é sério. Querer tudo ao mesmo tempo numa negociação não é sério, mas os portugueses sabem que podem contar com o Partido Socialista para fazer a diferença.

Podem, hoje, chumbar o Orçamento, mas não derrubam o Partido Socialista, partido de esquerda, que faz políticas à esquerda!

Aplausos do PS.

Chegará o tempo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, em que os portugueses vão dizer que foi um erro chumbar este Orçamento.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, a bancada do Partido Socialista vota, com orgulho e de cabeça erguida, a favor do melhor Orçamento do Estado dos últimos anos.

Aplausos do PS.

Aqui estamos para continuar a fazer de Portugal um país melhor para todos.

Como diria Mário Soares, hoje já é outro dia. Não há passado, há futuro. Esse é o nosso horizonte, e só é vencido quem deixa de lutar.

Por Portugal, pelos portugueses!

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Para encerrar o debate, tem a palavra, pelo Governo, o Sr. Primeiro-Ministro, António Costa.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: No final destes dois dias de debate parlamentar, estou aqui com a serenidade, mas também com a liberdade de quem está de consciência tranquila.

Aplausos do PS.

Tenho a consciência de que o Governo apresentou uma boa proposta de Orçamento do Estado, centrada nas prioridades do País e absolutamente coerente com a visão estratégica que temos para Portugal. Mas também estou de consciência tranquila porque fiz tudo, tudo, o que estava ao meu alcance para assegurar a viabilidade deste Orçamento, sem aceitar o que, em boa consciência, não acredito que o País pudesse suportar.

Aplausos do PS.

O Governo cumpriu a sua parte. Agora, tudo depende, para já, desta Assembleia da República.

O que agora vai ser votado — é preciso que fique claro — já não é só a proposta de lei que, originalmente, o Governo apresentou na Assembleia da República. O que vai ser votado é o que, entretanto, fruto das negociações com as Sr.^{as} Deputadas não inscritas, o PEV, o PAN, o Partido Comunista Português e o Bloco de Esquerda, a proposta inicial incorporou, como compromissos já publicamente assumidos, quer pelo Governo, quer pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Aplausos do PS.

Por isso, o que este voto vai determinar é se, em sede de especialidade, estes compromissos se concretizam e se convertem em normas do Orçamento do Estado, ou se foram simplesmente boas intenções acordadas entre o Governo e os partidos que, agora, vão ser chamados a votar na generalidade.

Aplausos do PS.

Ou seja, o que se vai votar hoje é se o trabalho parlamentar acaba já, ou se, pelo contrário, vai prosseguir em sede de especialidade, para podermos garantir avanços tão importantes como aqueles que foram alcançados nas negociações.

Exemplos desses avanços são a garantia de que as pensões até 1097 € tenham o aumento extraordinário já no próximo dia 1 de janeiro. Ou essa possibilidade vai ser chumbada já, nesta votação na generalidade?

Aplausos do PS.

O que vão votar é se o Serviço Nacional de Saúde vai ter um reforço de mais 700 milhões de euros, ou se vai ficar limitado aos duodécimos do Orçamento atualmente em vigor.

Aplausos do PS.

O que irão votar é se iniciamos o processo de gratuidade das creches para todas as crianças, ou se esse processo fica adiado *sine die*, até que, um dia, possa ser aprovado o Orçamento que o viabilize.

Aplausos do PS.

O que vão votar é se as famílias vão ver diminuído o IRS que pagam, ou se os escalões continuam por desdobrar e as deduções por aumentar. É se as 170 000 famílias que podem passar a estar isentas de IRS, por aumento do mínimo de existência, vão, para o ano, pagar IRS ou vão deixar de pagar IRS.

Aplausos do PS.

O que as Sr.^{as} e os Srs. Deputados vão votar é se criamos a garantia infantil, permitindo resgatar da pobreza extrema 120 000 crianças, ou se nos continuamos a conformar com esta dramática realidade no nosso País.

Aplausos do PS.

O que as Sr.^{as} e os Srs. Deputados vão votar é se viabilizamos que as pessoas com 60 anos e 80% de incapacidade se libertam ou se continuam sujeitas à penalização pela antecipação da sua reforma.

Aplausos do PS.

Como bem sublinhou a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real,...

Vozes do PSD: — Oh!...

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... chumbar esta proposta de lei na generalidade é impedir a consolidação de todos estes avanços que as negociações já permitiram e é fechar a porta a novos avanços que o trabalho em sede de especialidade pode ainda vir a abrir.

Aplausos do PS.

Pergunto-me: qual é a justificação, qual é a racionalidade para prescindir de que se concretize aquilo que já se alcançou? Qual é a racionalidade de impedir novas melhorias, sendo certo que a viabilização, nesta fase, não limita em nada a possibilidade de uma avaliação do resultado final aquando da votação final global?

Aplausos do PS.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Já está na lista dos bons!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ou seja, ninguém pede um cheque em branco; aquilo que todos prometemos, aquilo que todos temos o dever de fazer é consagrar em força de lei os compromissos que, entretanto, negociámos e que, entretanto, assumimos.

Aplausos do PS.

Mais estranho ainda, para ser claro, é que se pretenda chumbar este Orçamento em nome de divergências sobre temas que nada têm que ver com este Orçamento.

É o caso, por exemplo, da legislação laboral, que não é matéria deste Orçamento, que só agora iniciou o debate público e que, necessariamente, por ser da reserva de competência legislativa desta Assembleia da República, aqui terá, um dia, de ser apreciada e votada, podendo então merecer o voto favorável, a abstenção ou o chumbo desta Assembleia.

Aplausos do PS.

Acresce que é não só pôr em causa um bom Orçamento com as melhorias entretanto alcançadas, mas também impedir a concretização da mais ambiciosa agenda para a dignificação do trabalho, com o combate à precariedade, ao abuso do trabalho temporário, à regulação do teletrabalho e ao trabalho nas plataformas digitais e à conciliação da vida pessoal, familiar e profissional. É isso que, efetivamente, se põe em causa nesta votação.

Aplausos do PS.

Nenhum partido foi mais longe do que o Bloco de Esquerda nesta ideia de discutir no Orçamento do Estado o que nada tem que ver com o Orçamento do Estado.

Das nove famosas propostas apresentadas pelo Bloco de Esquerda, cinco são alterações ao Código do Trabalho, que têm o seu momento próprio para serem discutidas e para serem votadas.

Uma proposta, a dedicação plena dos profissionais de saúde, tem lugar para ser discutida e debatida no Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, que foi colocado pelo Governo, na semana passada, em debate público.

Uma sétima proposta, que tem que ver com a criação da carreira de técnicos auxiliares de saúde, é, necessariamente, matéria de negociação coletiva, de legislação pelo Governo, sendo que, aliás, na Assembleia da República, o que não faltam são iniciativas legislativas para criar esta carreira do técnico auxiliar de saúde, bem demonstrando que não é matéria que tenha de estar incluída nesta lei do Orçamento.

A oitava questão tem ainda que ver com o fator da sustentabilidade, pedra angular da reforma da segurança social e que só pode, e só deve, ser discutida na sede própria, que é a revisão da Lei de Bases da Segurança Social.

Aplausos do PS.

Ou seja, das nove propostas apresentadas, oito nada têm que ver com esta proposta de lei de Orçamento do Estado. E a nona, a única que tem a ver com esta proposta de lei de Orçamento do Estado, a de garantir a possibilidade da reforma antecipada aos 60 anos por quem tem 80% de incapacidade, foi aquela a que o Governo já deu público, inequívoco e irrevogável assentimento à sua votação em sede de especialidade.

Aplausos do PS.

Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Em suma...
Posso continuar, Sr.^a Deputada Mariana Mortágua?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Cite bem as propostas do Bloco!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Muito obrigado pela gentileza.

Em suma, quem quer melhorar o Orçamento do Estado, quem quer contribuir para regulamentar a Lei de Bases da Saúde, com a aprovação do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, quem quer rever a legislação laboral, batendo-se por uma Agenda de Trabalho Digno, não deve nem inviabilizar o debate na especialidade deste Orçamento do Estado, prejudicando, assim, a sua melhoria, nem fazer perigar a continuidade desta Legislatura, assim impedindo a aprovação do Estatuto do SNS e a revisão da legislação do trabalho.

Aplausos do PS.

E para que também todos tenham bem a noção do que é que é pedido a cada um, não é necessário que o Bloco de Esquerda, o Partido Comunista Português ou o PEV votem a favor desta proposta de lei. Os votos do PS são suficientes para derrotar os votos da direita. Basta que a esquerda à esquerda do PS não some os seus votos aos votos da direita para que o Orçamento do Governo do PS possa ser viabilizado nesta fase da generalidade.

Aplausos do PS.

E — permitam-me um aparte—, se já se tinham esquecido do que era mesmo um orçamento de direita, ainda bem que o Sr. Deputado Rui Rio foi tão claro a explicar aqui o que seria um orçamento da direita, se a direita governasse.

Aplausos do PS.

Por isso, a escolha política da esquerda à esquerda do PS é muito simples: com quem quer estar? Quer estar com o Governo do PS ou quer somar-se à direita, contra o Governo do PS?

Aplausos do PS.

Percebo, obviamente, a indisfarçada alegria da direita com a inesperada interrupção da nova situação política que se iniciou em 2016 e que esta votação parece ir interromper...

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — O riso é nervoso! Não se preocupe!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sim, o Sr. Deputado Cotrim de Figueiredo tem toda a razão: para mim, um voto contra da esquerda à esquerda do PS neste Orçamento não é só uma frustração pessoal, é também uma derrota pessoal, porque, ao contrário do que muitas vezes a direita gosta de repetir, a solução construída em novembro de 2015 não foi uma solução de recurso.

Protestos do PSD e do CH.

Em junho de 2014, quando apresentei a minha candidatura a Secretário-Geral do PS, defendi o fim do arco da governação. Quando apresentei a moção ao congresso do PS de novembro de 2014, defendi o fim do arco da governação, e permitam-me — não é por imodéstia — citar o que disse no encerramento do congresso do PS, em 30 de novembro de 2014, um ano antes das eleições: «Nós recusamos o conceito de arco da governação como delimitando quem são os partidos representados na Assembleia da República que têm acesso e a

legitimidade a partilhar a responsabilidade governativa. Em democracia, quem decide quem representa o povo é o povo. Ninguém se pode substituir ao povo a excluir parte dos seus representantes das plenas responsabilidades.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Olhe que belo resultado!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, que fique claro, nós não excluiremos os partidos à nossa esquerda da responsabilidade que também têm de não serem só partidos de protesto, mas serem também partidos de solução para os problemas nacionais.»

Aplausos do PS.

Nasci à esquerda, fui criado à esquerda e a esquerda é a minha família.

Acho que a esquerda pode ser muito mais do que a não-direita ou a mera oposição à direita.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Acredito que a esquerda tem todo o potencial para construir futuro e levar o nosso País mais além, que a esquerda não está condenada ao protesto e que a esquerda pode ser o Governo equilibrado, responsável, que é capaz de transformar o País.

Aplausos do PS.

E frustrado, sim, mas orgulhoso também, da caminhada que conseguimos fazer desde 2016 até agora. E de ter sido possível provar que era possível virar a página da austeridade sem termos de sair do euro e de provar também que não tínhamos de sair do euro para virar a página da austeridade.

Aplausos do PS.

Sim, orgulhoso de, apesar de todas as vicissitudes — que são muitas —, ter sido possível mantermos um conjunto de partidos à esquerda, com uma identidade própria bem vincada, bem construída ao longo da história, em que ninguém confunde uns com os outros, e, durante seis orçamentos consecutivos, ter sido possível com todos, ou com quase todos, encontrar soluções que viabilizaram a governação.

Sim, tenho orgulho de, apesar de todas as vicissitudes, de toda a improbabilidade, de toda a novidade desta solução, estes seis anos terem sido um período superior aos quatro anos dos três primeiros Governos da AD (Aliança Democrática), aos três anos do segundo Governo da AD e aos quatro anos do último Governo da Aliança Democrática.

Aplausos do PS.

Sim, fomos mais estáveis!

Aplausos do PS.

Tenho pena, por isso, sim, de que não se queira retirar todo o potencial desta solução governativa e se considere prematuramente fechado que haja caminho para andar. E sei bem — sei bem — que partilho esta minha frustração com os 2 740 000 eleitores que, em 2019, votaram para dar continuidade à geringonça.

Aplausos do PS.

Mas confio também — uns acham que sou otimista, mas, sobretudo, sou confiante no meu País e nos portugueses —, e espero, que esta vitória da direita seja uma vitória de Pirro e que a minha frustração e a

frustração destes 2 740 000 eleitores se possa converter numa maioria reforçada e estável e duradoura numa próxima sessão legislativa.

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vamos ver!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, este foi, de facto, um debate à esquerda, em que a direita esteve praticamente ausente.

A direita fechou para obras e, manifestamente, não é, ainda, uma alternativa à governação do País.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Ainda!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Limita-se à nova ladainha, que é comparar a convergência europeia, escondendo um facto singelo, mas determinante: que os únicos anos, desde o princípio deste século, em que Portugal cresceu acima da média europeia, os únicos anos deste século em que Portugal convergiu com a União Europeia foram 2009 e, depois, 2017, 2018, 2019. E tudo se prevê que volte a ser este ano, 2021.

Aplausos do PS.

E não sei se deram bem conta de que, em cada um destes anos, a direita estava na oposição e o PS estava no Governo.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do PSD Duarte Marques.

Há uma nova ladainha que se inicia e que tem a ver com o ritmo de recuperação na saída da crise da COVID-19, ignorando não os números, mas aquilo que os números não escondem: os setores que foram mais atingidos por esta crise, como os setores do turismo e da restauração, têm um peso na economia portuguesa que não têm na generalidade das economias europeias.

Aplausos do PS.

Por isso, se se derem ao trabalho de fazer uma comparação, não com os 27 Estados-Membros, mas com os outros países onde o turismo tem o peso que tem em Portugal, verificarão que Portugal está a crescer e a recuperar mais depressa do que esses outros países.

Aplausos do PS.

E, Dr. Rui Rio, não, nós não estamos à espera de que o PRR resolva o problema; nós batemo-nos na Europa para que a Europa tivesse uma resposta conjunta e robusta a esta crise económica.

Aplausos do PS.

Batemo-nos na Europa para que a Europa, desta vez, não respondesse com austeridade, mas com solidariedade.

Aplausos do PS.

Batemo-nos na Europa para que a Europa aprovasse um plano de recuperação económica que só tem comparação com o Plano Marshall, a seguir à II Guerra Mundial.

Aplausos do PS.

Nós batemo-nos por isso. E tenho bem a certeza, sem querer fazer processos de intenção, de que, na madrugada do dia 22 de julho, dia em que foi verificado que ia haver PRR, muitos aqui decidiram que era tempo de deitar abaixo este Governo.

Aplausos do PS.

Sim, e não ficámos à espera de que o PRR se desenhasse por acaso. Trabalhámos e envolvemos a sociedade portuguesa no desenho do PRR.

Protestos do PSD.

Até viemos aqui, à Assembleia da República, em setembro de 2020, promover um debate. E nesse debate houve zero ideias do Dr. Rui Rio, a não ser a de dizer que era um erro aumentar o salário mínimo nacional. Mas sobre o PRR, houve zero de contribuição.

Aplausos do PS.

Todos conhecemos, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a opção que o Sr. Presidente da República, no exercício das suas competências próprias, antecipadamente tomou face à possibilidade de não aprovação do Orçamento do Estado. É uma competência própria do Presidente da República, que não comentamos e que, como sempre, respeitamos, qualquer que seja a opção final que venha a tomar.

Pela nossa parte, não viramos as costas às responsabilidades para com os portugueses. Não o fizemos nos momentos difíceis em que a Comissão Europeia nos ameaçava com sanções, nem o fizemos quando a pandemia assolou Portugal.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Provámos que era possível romper com a austeridade sem sair do euro e provámos que era possível fortalecer o Serviço Nacional de Saúde para respondermos à pandemia e executarmos uma operação de vacinação que nos coloca, hoje, numa posição cimeira a nível mundial.

Aplausos do PS.

Fomos, somos e seremos um referencial de estabilidade e de equilíbrio responsável, que garante condições de governabilidade, por mais adversas que elas sejam. É este o nosso dever institucional, mas é sobretudo o nosso dever para com os portugueses, num momento em que a economia portuguesa está a conseguir sair da mais profunda crise económica que tivemos de enfrentar e a retomar uma trajetória de crescimento acima da zona euro e da União Europeia.

Quando, no 1.º semestre deste ano, se registou um novo máximo de investimento empresarial, quando as exportações portuguesas já estão acima das de 2019 e o desemprego já caiu para um valor inferior ao registado na crise, quando a credibilidade internacional de Portugal permanece intocada e conseguimos, em plena crise, a primeira emissão de dívida, a 10 anos, a juros negativos, quando Portugal dispõe de um volume de recursos como nunca dispôs para vencer definitivamente bloqueios estruturais e dispõe, hoje, pela primeira vez na nossa história, de uma geração com níveis de qualificação próximos da média da União Europeia, a última coisa de que Portugal precisa e que os portugueses merecem é uma crise política, neste momento e nestas circunstâncias.

Aplausos do PS.

Em democracia, nunca há becos sem saída. Em democracia, há sempre alternativas. A primeira, a melhor, obviamente, é a que está nas mãos desta Assembleia da República e que é esta: daqui a pouco, quando forem chamados a votar, na generalidade, a proposta de lei de Orçamento do Estado, viabilizem a sua passagem à especialidade, de forma a que as negociações e a melhoria do Orçamento possam prosseguir.

Aplausos do PS.

A segunda é a seguinte: se não for aprovada a proposta de lei de Orçamento do Estado, cá estará o Governo para garantir condições de governabilidade, mesmo em duodécimos, porque nunca viramos as costas à adversidade.

Aplausos do PS.

Por fim, pode, obviamente, o Sr. Presidente da República — e respeitamo-lo — decidir dissolver esta Assembleia, e cá estaremos para prestar contas e mobilizar os portugueses, para criar as condições de governação que hoje deixarão de existir, para conduzirmos Portugal para um futuro de progresso, de modernidade e de justiça, que os portugueses merecem.

E porque, como ontem disse, e hoje volto a repetir, pedindo de novo ao Jorge Palma as suas palavras emprestadas, «enquanto houver ventos e mar, a gente não vai parar». Nós não vamos parar!

Aplausos do PS, de pé, e dos Membros do Governo presentes.

O Sr. **Presidente**: — Vamos, agora, passar às votações.

Lembro às Sr.^{as} e aos Srs. Deputados que, além da votação da proposta de lei de Orçamento do Estado para 2022, há várias outras votações regimentais. Portanto, não se pense que, com a votação da proposta de lei de Orçamento do Estado para 2022, fica concluída esta sessão, porque não fica.

Começamos, então, por votar, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 116/XIV/3.^a (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2022.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PSD, do BE, do PCP, do CDS-PP, do PEV, do CH e do IL, votos a favor do PS e abstenções do PAN e das Deputados não inscritas Cristina Rodrigues e Joacine Katar Moreira.

O resultado foi a rejeição desta proposta do Governo.

Queria, desde já, informar todos os grupos parlamentares que, amanhã, às 10 horas e 30 minutos, teremos uma Conferência de Líderes para proceder, de acordo com este resultado, à programação dos trabalhos da Assembleia da República, como é normal.

Passamos à votação do Projeto de Resolução n.º 1483/XIV/3.^a (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Cabo Verde.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos, agora, votar o Projeto de Resolução n.º 1484/XIV/3.^a (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Madrid.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Segue-se a votação do Projeto de Resolução n.º 1485/XIV/3.^a (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Málaga.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos proceder à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 1172/XIV/2.^a (PSD) — Recomenda ao Governo a implementação urgente do plano estratégico nacional de telessaúde, 1331/XIV/2.^a (PS) — Recomenda ao Governo a atualização e implementação do plano estratégico nacional para a telessaúde e 1351/XIV/2.^a (PCP) — Propõe medidas para o investimento na telessaúde.

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PS, do PSD, do BE, do PCP, do PAN, do PEV, do IL e das Deputados não inscritas Cristina Rodrigues e Joacine Katar Moreira e abstenções do CDS-PP e do CH.

Finalmente, vamos votar, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 1390/XIV/2.^a (CDS-PP) — Requalificação e reabilitação da Escola Secundária António Inácio da Cruz, em Grândola, 1407/XIV/2.^a (PCP) — Recomenda ao Governo a requalificação da Escola Secundária António Inácio da Cruz, em Grândola, 1413/XIV/2.^a (BE) — Pela realização de obras de requalificação da Escola Secundária António Inácio da Cruz, Grândola, e 1447/XIV/3.^a (PSD) — Recomenda ao Governo a requalificação da Escola Secundária António Inácio da Cruz, em Grândola.

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD, do BE, do PCP, do CDS-PP, do PAN, do PEV, do CH, do IL e das Deputados não inscritas Cristina Rodrigues e Joacine Katar Moreira e a abstenção do PS.

A Sr.^a Secretária Maria da Luz Rosinha vai, agora, dar conta de um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados.

Tem a palavra.

A Sr.^a **Secretária** (Maria da Luz Rosinha): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, a solicitação da Unidade Orgânica 6 do Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, Processo n.º 2755/10.5BELSB, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados emitiu parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Carlos Alberto Gonçalves (PSD) a prestar depoimento por escrito, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, está em apreciação o parecer.

Pausa.

Não havendo pedidos de palavra, vamos votá-lo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Como referi, amanhã, teremos Conferência de Líderes às 10 horas e 30 minutos, sendo os Srs. Deputados depois informados em conformidade sobre a continuação dos trabalhos, pelo menos, na próxima semana.

Está encerrada a sessão.

Eram 18 horas e 25 minutos.

Declaração de voto enviada à Mesa para publicação

Relativo ao texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, sobre os Projetos de Resolução n.ºs 1172/XIV/2.^a (PSD), 1331/XIV/2.^a (PS) e 1351/XIV/2.^a (PCP):

Realizou-se, no passado dia 27 de outubro, a votação em Sessão Plenária do texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 1172/XIV/2.^a (PSD), 1331/XIV/2.^a (PS) e

1351/XIV/2.^a (PCP), que recomenda ao Governo a atualização e implementação do plano estratégico nacional para a telessaúde.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP absteve-se na votação deste texto final e entende ser importante deixar claras as razões pelas quais o fez.

Sem prejuízo de reconhecermos a relevância incontestável da telessaúde e da telemedicina — cuja necessidade determinante de desenvolvimento profundo, se dúvidas ainda houvesse, ficou demonstrada durante a pandemia de COVID-19 —, e não obstante concordarmos genericamente com as recomendações constantes neste texto final — tanto assim é que, em sede de especialidade, votámos a favor da maioria destas recomendações —, o Grupo Parlamentar do CDS-PP considera que este texto, no seu todo, não reflete de forma rigorosa o que entendemos dever ser a abordagem a esta matéria, dentro daquelas que são as competências do Parlamento.

Desde logo, algumas recomendações deste texto final entram, em nosso entender, no domínio do poder executivo e, portanto, caberá ao Governo a definição da estratégia de atualização e implementação do plano estratégico nacional para a telessaúde, sem que o Parlamento entre em detalhes demasiado pormenorizados que, apesar da boa intenção, poderão vir a revelar-se perturbadores de uma implementação eficaz do plano.

Depois, parece-nos contraproducente a utilização de determinados conceitos como «autoavaliações ou autorrastreios digitais» sem a sua clara definição.

Consideramos, ainda, que este texto final peca por não ter uma única menção à adoção de critérios éticos na atualização e implementação do plano pois, para o CDS-PP, na telessaúde e na telemedicina os critérios éticos são absolutamente determinantes e o Parlamento deveria, nesta recomendação, lembrar ao Governo a necessidade absoluta de os acautelar.

Finalmente, consideramos que este texto, com 27 recomendações, está demasiado extenso, com pontos que se repetem e alguns, até, um pouco confusos, dando margem para que o Governo possa alegar não ter condições para lhe dar cumprimento e ficando, assim, sem se alcançar aquele que era o objetivo do Parlamento: instar o Governo a um verdadeiro desenvolvimento da telessaúde no nosso País.

Por todos estes motivos e apesar de — repetimos — concordarmos genericamente com as recomendações que constam deste texto final, o Grupo Parlamentar do CDS-PP considera que a redação aprovada não cumpre o objetivo maior de uma recomendação ao Governo. Assim, e com sentido de responsabilidade face a uma matéria da maior relevância, entendemos abster-nos na votação deste texto final.

Palácio de São Bento, 29 de outubro de 2021.

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.